

3

Alberto Torres e o conservadorismo fluminense

Maria Fernanda Lombardi Fernandes

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, professora de Ciência Política da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Guarulhos. E-mail: felombardi@uol.com.br

Resumo: Este artigo procura analisar o pensamento de Alberto Torres como tributário de uma vertente do pensamento conservador brasileiro, especialmente fluminense. Estamos nos referindo aqui ao que chamaremos de “pensamento saquarema”, que nos remete ao conservadorismo imperial. Para tanto, buscaremos analisar as propostas políticas de Alberto Torres, bem como sua concepção de República e sua trajetória política, assim como estabelecer um diálogo entre Torres e Oliveira Vianna, discípulo e, cremos, principal responsável pela versão que atesta Alberto Torres como precursor de um pensamento autoritário que irá se desenvolver no Brasil a partir dos anos 30 do século XX.

Palavras-chave: pensamento político, nacionalismo, conservadorismo.

Résumé: Cet article cherche à analyser la pensée d’Alberto Torres comme étant influencé par la pensée conservatrice brésilienne en especial par celle développée à la Province de Rio de Janeiro. Nous nous rapportant ici à la « pensée saquarema », une branche du conservatisme impérial. On analyse les propositions politiques d’Alberto Torres, ainsi que sa conception de République et sa trajectoire politique. On cherche à établir un dialogue entre Torres et Oliveira Vianna, son disciple et, nous croyons, le principal responsable par la version qui certifie Alberto Torres comme étant le précurseur d’une pensée autoritaire qui se développera au Brésil dans les années 30 du XX^{ème} siècle.

Mots-clé: pensée politique, nationalisme, conservatisme.

O nome de Alberto Torres se encontra intimamente ligado ao chamado “pensamento autoritário brasileiro”, cujo expoente máximo, Oliveira Vianna, se assumia como discípulo de Torres, um discípulo não tão fiel, mas um seguidor das idéias de quem reputava como um dos maiores pensadores brasileiros. A proximidade de muitos aspectos do pensamento de Torres e de Oliveira Vianna, a reconhecida influência exercida pelo primeiro sobre o segundo, bem como o “sucesso” obtido pelo último contribuíram para a criação do rótulo de “autoritário” para Alberto Torres. Acreditamos que esta visão de Torres, que aparece muitas vezes como simples precursor de Oliveira Vianna, se encontra muito calcada na maior visibilidade do último e, em parte, na própria leitura que este fez de Alberto Torres.

Não negaremos o caráter autoritário de seu pensamento, mas acreditamos que seja de maior valia encará-lo como uma vertente do pensamento conservador brasileiro que encontra eco dentro de uma tradição fluminense. Estamos nos referindo aqui ao que chamaremos de “pensamento saquarema”, que nos remete ao conservadorismo imperial.

Várias obras se dedicaram à análise do pensamento ou da vida de Alberto Torres. Na década de trinta, apareceram as obras dos discípulos, como Sabóia Lima, Alcides Gentil e Cândido Motta Filho. Barbosa Lima Sobrinho escreveu o que pode ser considerada, além de uma obra de análise e reflexão, uma biografia bastante completa. No final da década de setenta, Adalberto Marson fez da idéia de nacionalismo em Torres o tema de sua tese de doutorado. Alberto Torres também foi tema de dissertações na PUC de São Paulo e na UFRJ.

Sem dúvida, o tema do nacionalismo no pensamento de Alberto Torres não é novo. Porém, acreditamos que, ao encarar o nacionalismo de Torres sob a perspectiva de sua ação política, estaremos contribuindo para o debate de um ângulo diferenciado. Percebemos que sua atuação foi, em termos políticos, marcada

por uma experiência bastante controversa frente ao executivo fluminense e acreditamos que esta foi decisiva na conformação de seu pensamento político.

Marieta de M. Ferreira (1994) chama a atenção para a existência, dentro do imaginário da elite fluminense na Primeira República, de uma “Idade do Ouro”, período que poderia ser identificado como o do apogeu do Segundo Reinado, quando a província era o coração econômico e político do país. Cremos que Alberto Torres, como representante dessa elite fluminense responsável pela organização do regime republicano no estado, pode ter sofrido a influência deste “mito”, sendo que seu pensamento pode ser encarado como parte de uma tendência mais ampla, fluminense, de pensar os problemas nacionais através da ótica do Rio de Janeiro, estado que apresentava uma economia em declínio, outrora pujante. Partindo desta idéia, abre-se a perspectiva de interpretarmos a obra de Torres como fazendo parte desta “busca da Idade do Ouro fluminense”, que poderia ser confundida com a “Idade do Ouro brasileira”, já que, durante muito tempo, o desenvolvimento do Rio era o desenvolvimento do Brasil.

Partindo destas premissas - que o pensamento de Torres foi condicionado pela situação particular que vivia (e havia vivido) o estado do Rio de Janeiro, bem como por sua atuação política - resta-nos deixar mais claros alguns aspectos destes determinantes de seu pensamento, bem como estabelecer uma breve descrição da situação do Rio de Janeiro ao final do século XIX e início do XX.

A POSIÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO FINAL DO IMPÉRIO E NAS PRIMEIRAS DÉCADAS REPUBLICANAS

Num primeiro momento, seria interessante analisarmos a situação do Rio de Janeiro que levou à possibilidade da for-

mação do chamado “pensamento conservador” na província, depois estado. Em termos sócio-econômicos, o que nos chama a atenção no período que abarca a segunda metade do século XIX e os anos iniciais do século XX são a ascensão e queda da lavoura cafeeira e do escravismo. Tido como o “coração do Império”, o Vale do Paraíba, região mais rica da província e do país, era o centro da vida econômica e política do Brasil. O Vale, bem como toda a província, era considerado o pólo organizador da política e da economia brasileira. A maior parte da aristocracia titulada brasileira provinha do Vale, que também era responsável pela sustentação do partido que poderia ser considerado o esteio do Império, o Partido Conservador.

A pujança do Vale, e da província como um todo, estava com os dias contados a partir de meados da década de 70. A ascensão vertiginosa da lavoura em São Paulo, o crescente desgaste das terras fluminenses, bem como o impacto da “falta’ de mão-de-obra, com as diversas leis emancipacionistas, antecipavam o fim de uma era, o que iria produzir um efeito definitivo sobre o pensamento de Alberto Torres. A abolição da escravidão, bem como a proclamação da República serão responsáveis pela introdução de mais um elemento de “desordem” no mundo rural fluminense. Tal desorganização alcança os campos econômico, social e político. Em termos econômicos, a lavoura tradicional sofre um baque, em contrapartida, a indústria ganha impulso, mas principalmente no agora chamado Distrito Federal e em Niterói, não se espalhando pelo estado. A falta de mão-de-obra e a desorganização advinda da Abolição são sentidas com força no início do período subsequente, mas ocorre uma recuperação ao longo da década de 90. Em termos políticos, o estado via seu principal esteio partidário, o Partido Conservador, ser dissolvido no novo regime republicano. Seus quadros, porém, foram quase que integralmente absorvidos pelo Partido Republicano Fluminense, seção estadual do frágil Partido Republicano Fe-

deral. A presença conservadora no PRF será marcante ao longo da primeira década republicana, mas será sentida também na década seguinte.

Ao longo do Império, a província do Rio de Janeiro ocupou um papel central, não apenas por seu desenvolvimento econômico, mas também pela proximidade em relação à Corte. A íntima ligação entre a elite da província e a “máquina política” do Império levou o Partido Conservador, particularmente, a se tornar o grande partido da província. A própria denominação “saquarema” aponta para a importância do partido em solo fluminense, bem como para a importância dos fluminenses no partido. Devemos ainda lembrar que foram os “saquaremas” os grandes responsáveis pela formação e pela consolidação do Império brasileiro após os anos tumultuados da Regência.¹

A República trouxe consigo a desagregação dos partidos nacionais - Conservador e Liberal - e a organização de partidos estaduais, que, originalmente, deveriam ser seções de um partido nacional, o Partido Republicano Federal. Porém, a vida partidária na República foi marcada pela excessiva estadualização, sendo os partidos estaduais representantes únicos das elites estaduais.

A especificidade do Partido Republicano no Rio de Janeiro, marcado pela dissociação de interesses entre o interior e a capital, entre a província e a Corte é um aspecto a ser considerado. Diferentemente da militância aguerrida da capital, onde o republicanismo se misturava (ao menos para alguns) com o abolicionismo e com as lutas populares, o partido na seção fluminense possuía como grandes integrantes os latifundiários ligados à lavoura de exportação e à escravidão, o que explica, entre outras coisas, a crescente popularidade do republicanismo na província após o 13 de maio de 1888. Eram os republicanos “ressentidos”, nos dizeres de Oliveira Vianna.

Após a proclamação da República, esta especificidade, bem como a grande presença de figuras egressas das fileiras

conservadoras do Império, determinam uma evolução diferenciada do Partido Republicano no estado ao longo da Primeira República. A diversidade de siglas surgidas e a dificuldade de institucionalização partidária, nos moldes de um partido único e centralizado, que pudesse regular o conflito entre as elites, como ocorrera em São Paulo e Minas Gerais, por exemplo -, tornaram, inclusive, bastante complicado o papel do Rio de Janeiro no cenário nacional. A incapacidade das elites fluminenses de resolver suas divergências dentro da esfera partidária fez com que surgissem inúmeros partidos ao longo de toda a Primeira República: houve uma verdadeira “dança de siglas” no estado, onde as lideranças locais disputavam o apoio do governo federal (FERREIRA, 1989; 1994). As tentativas de integração partidária empreendidas ao longo do período mostraram-se fracassadas. Houve, no início do século XX, na primeira década, uma maior integração por meio da figura de Nilo Peçanha, mas, mesmo essa liderança acabou sendo incapaz de manter a coesão partidária no Rio, entre outros motivos, pela falta de apoio do governo federal.

A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ALBERTO TORRES

Alberto Torres estava mergulhado nessa história fluminense. Viveu a crise econômica do pós-Abolição, militou no movimento republicano e fez parte da construção da República no estado. Sendo assim, é óbvio que sua visão de política pode, em grande medida, ser considerada tributária desse contexto fluminense. Inicialmente, Alberto Torres foi um militante do movimento republicano, mais do que do movimento abolicionista. Desde a época em que estudava na Faculdade de Direito do Largo São Francisco e escrevia em jornais de estudantes, Torres já era um membro do partido em seu estado. Geralmente alinhado com o líder moderado Quintino Bocaiúva, foi, entretanto, aliado

da disputa da primeira eleição republicana, para a constituinte, em 1890, já que, como membro da cúpula partidária no estado, enfileirou-se com Silva Jardim, criticando as ingerências excessivas de Francisco Portela, Presidente do Estado indicado por Deodoro da Fonseca, na formulação da chapa que concorreria à eleição.

A queda de Deodoro arrastou consigo todos aqueles que, a exemplo de Portela, haviam ascendido com ele. O novo governo de Floriano Peixoto deu margem à reorganização do quadro político no país sob o controle das oligarquias hegemônicas nos estados. O que ocorreu no Brasil ocorreu no Rio de Janeiro, e a recém criada constituição estadual foi abolida, sendo convocadas eleições para uma nova constituinte estadual em janeiro de 1892. Alberto Torres, como outros desafetos de Portela, voltou ao cenário, sendo eleito deputado constituinte na ALERJ (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro). Como deputado não obteve muito destaque, mas podemos localizar nas suas posições idéias que permanecerão e serão amadurecidas ao longo dos anos, como a defesa da independência do judiciário e a defesa da agricultura.

Em 1893, Alberto Torres foi eleito deputado federal e repetiu na Câmara uma atuação discreta, mas pautada pela defesa do agrarismo e, então com mais ênfase, do nacionalismo. Tal defesa pode ser encontrada no episódio em que pugna pela regulamentação da atuação das companhias de seguro estrangeiras em solo brasileiro, que, invariavelmente, lesavam os interesses dos segurados (LIMA SOBRINHO, 1968).

Além da atuação parlamentar, Alberto Torres também exerceu uma função junto ao Executivo federal, como Ministro da Justiça, no breve período de agosto a dezembro de 1896. O afastamento do Presidente Prudente de Moraes e suas desavenças com o vice, Manuel Vitorino, o levaram ao afastamento prematuro da posição. Já nessa época, porém, estava encaminhado o

seu futuro político. Seria ele o indicado à sucessão de Maurício de Abreu na Presidência do Rio de Janeiro.

Devemos ter uma atenção maior com a sua passagem pela Presidência do Estado, no triênio 1898-1900, em meio ao maior período da crise econômica fluminense. Acreditamos que, de todas as experiências políticas de Alberto Torres, talvez esta tenha sido a que causou maior impacto sobre o pensador, notadamente porque este enfrentou inúmeros problemas na administração do estado. Um dos maiores problemas que Alberto Torres enfrentou foi em relação às dificuldades de relacionamento entre o Executivo e o Legislativo fluminenses, que culminou com a ameaça de *impeachment* por parte da Assembléia do estado por conta de um caso de duplicidade de Câmaras municipais em Campos. Ao mesmo tempo, seus projetos de colonização e de reestruturação tributária no estado malograram. A tentativa de incentivar o parcelamento das propriedades rurais no Rio de Janeiro, através da criação do Imposto Territorial Rural, levantou parte da ALERJ contra seu governo e forneceu combustível para incendiar as relações já tumultuadas entre o Legislativo e o Executivo. Personificava essa insatisfação o deputado André de Lacerda Werneck, a voz discordante mais forte, junto com a de Alberto Bezamat. Além destes problemas, havia a crescente dificuldade de relacionamento entre o Presidente do Estado e o Partido Republicano Fluminense, o que levou, inclusive, à primeira grande cisão partidária do estado, com a fundação, por parte do grupo de Alberto Torres, de um novo partido da “situação”, o PRRJ - Partido Republicano do Rio de Janeiro. Não deixa de ser irônico um dos grandes críticos dos partidos republicanos, vistos como facciosos e particularistas, ter sido responsável pela fundação de um deles e, mais ainda, ter sido responsável pela primeira grande cisão partidária do Rio de Janeiro na Primeira República.

A atuação política de Torres foi determinante no desenvol-

vimento de algumas de suas idéias, dentre as quais podemos destacar a defesa do agrarismo e da centralização governamental. A idéia de que o Brasil deveria ter como vocação inequívoca a agricultura é uma idéia particularmente forte entre os membros da elite econômica, intelectual e política do Rio de Janeiro, e acreditamos que a defesa da agricultura em detrimento da indústria é marca desse estado, por conta de sua posição no cenário nacional. Por sua vez, a defesa da centralização governamental pode ser encarada, até certo ponto, como expressão de certo “saudosismo” de uma situação de progresso vivida pelo Estado no Império, bem diferente do que ocorria nos primeiros anos republicanos. Mesmo defendendo o novo regime, um certo desencanto com a forma política adotada e a ineficácia de sua ação para a resolução dos problemas do estado vai se firmando no pensamento de Alberto Torres.

O desencanto com a República é um tema recorrente ao longo da primeira década do século XX e encontra no Rio de Janeiro um terreno fértil para se desenvolver. Como aponta José M. de Carvalho, a desilusão com a República encontra consonância na própria imagem republicana, que, ao longo da última década do século XIX, apresenta uma transformação extremamente rápida: “As representações da República nas caricaturas da época mostram a rápida deterioração da imagem do regime. Da clássica figura da austera matrona romana passa-se rapidamente para a cortesã renascentista. Não se tratava apenas da imagem. Um ministro da Fazenda foi acusado, na virada do século, de ter feito reproduzir o retrato de sua amante em uma nota do Tesouro, como representação da República” (CARVALHO, 1990, p. 30)².

Acreditamos que o tema do desencanto com a República é a chave para analisarmos o pensamento de Alberto Torres, principalmente no que ele tem de fluminense. Partimos agora para uma análise de seu pensamento tendo como ponto de comparação Oliveira Vianna, seu mais ilustre seguidor e, em certa medida, o

responsável pela interpretação dominante de seu pensamento. Ao discutirmos as chamadas “perspectivas saquaremas”, que, acreditamos, orientaram de maneira decisiva Alberto Torres, nada melhor do que termos como referência o mais “saquarema” dos homens da República, Oliveira Vianna.

AS “PERSPECTIVAS SAQUAREMAS” NO PENSAMENTO DE ALBERTO TORRES

A adoção do regime republicano no Brasil gerou diferentes expectativas nas diversas regiões do país e entre os vários setores sociais. Nos estados que apresentavam uma economia em declínio, caso do Rio de Janeiro, a República poderia ser vista, por parte de uma elite que se via em meio a sérios problemas econômicos, como uma “tábua de salvação” que traria a possibilidade de recuperação econômica. O Império, nos seus estertores, havia sido considerado por alguns como o responsável pela desagregação sócio-econômica da província. Já nos estados em ascensão, como era o caso de São Paulo, a República poderia ser identificada com o federalismo, com a liberdade de organização em relação a um centro agora coordenador, e não opressor.

O fato é que o regime republicano frustrou a expectativa de estados como o Rio de Janeiro. O excesso de descentralização não trouxe vantagens ao estado, que não foi capaz de institucionalizar um sistema político de partido único e sólido, não podendo agir de maneira mais efetiva no jogo político nacional. A liberdade estadual decretada pela Constituição de 1891 não foi de grande valia para o estado do Rio, já que este, em meio a uma crise econômica, não conseguia arrecadar impostos no volume necessário para alavancar sua produção³, não conseguia atrair ou manter a mão-de-obra nos campos (os elementos nacionais iam para a capital federal ou para São Paulo e os imigrantes também) e nem tinha possibilidade de contrair empréstimos externos vultosos,

o que a Constituição permitia aos estados. Para os fluminenses, a “ausência” do governo central, a liberdade conquistada pelos estados com o regime federativo, acabou não sendo muito positiva e não levou à recuperação do estado, mas ao agravamento de sua crise.

Um certo sentimento de “decepção” com o regime republicano cresceu no país, notadamente na primeira e na segunda década do século XX. A temática não será privilégio dos fluminenses, mas podemos encontrar no estado um terreno propício ao seu desenvolvimento. À situação de fausto vivida pelo estado, então província, ao longo do Segundo Reinado, segue-se a crise do fim do Império e do começo da República. A produção cafeeira declinava de maneira abrupta e, aparentemente, irreversível. Em menos de vinte anos a região conheceu o céu e o inferno. A insolvência de grande parte dos proprietários fluminenses (e mineiros e paulistas da região do Vale do Paraíba) arrastava consigo as finanças do estado. Cerca de 80% dos municípios fluminenses tinham, na época, o café como o produto principal. Daí o caráter não apenas regional (Vale), mas estadual da crise. O açúcar, segundo produto na pauta da produção fluminense, vivia uma crise também bastante profunda, tendo inclusive o imposto que incidia sobre a sua produção, sido reduzido pelo governo estadual na década de 90. Por sua vez, a industrialização era um fenômeno mais carioca que fluminense, a despeito da instalação de fábricas em Niterói, capital do estado.

Diante de tal quadro de insolvência, era praticamente impossível a um fluminense não associar a decadência com a mudança do regime, mesmo para um “republicano histórico” como Alberto Torres.⁴ O desencanto de Torres se torna mais claro a partir do exercício de funções políticas, primeiro como Presidente do Estado e depois como Ministro do Supremo Tribunal Federal. A organização republicana se mostrara frágil e incapaz de contribuir para a solução das questões prementes do *Brasil real*.

No caso fluminense, o desencanto com a República iniciou-se antes mesmo da implantação do regime, com figuras como José do Patrocínio, antes republicano convicto e, após o 13 de maio de 88, defensor da Monarquia e do terceiro reinado sob a Princesa Isabel. Para José do Patrocínio os republicanos haviam abandonado os negros e a população mais pobre, a República tornara-se um projeto político apenas da oligarquia. Posteriormente, Lima Barreto (SEVCENKO, 1995) demonstra uma insatisfação com a República que se deve à não democratização da sociedade no novo regime. Este não trouxe consigo a abertura e a maior participação das massas no cenário político, além de não contribuir para a integração social das camadas marginalizadas da população. No caso específico da população negra e mestiça do Rio de Janeiro, José M. de Carvalho (1987) mostra que, justamente no momento de sua queda, a Monarquia tornara-se mais popular. A associação da República a um regime de elite e excludente é bastante forte nessa camada popular. No caso do Rio de Janeiro, em especial, devemos estar atentos para a adesão maciça de fazendeiros escravistas ao Partido Republicano fluminense após o 13 de maio, o que levou muitos a considerarem o republicanismo como sendo fruto dos “ressentidos” com a Monarquia. Esta é a postura, como já aludimos, de Oliveira Vianna, por exemplo.

Lima Barreto torna-se um expoente do sentimento anti-republicano. Crítico severo do novo regime, atribuiu à República o abandono do povo e o culto aos valores anti-sociais burgueses. Segundo N. Sevcenko, para Lima Barreto, “a riqueza, as posições, os cargos, os símbolos de distinção, de carreira e o saber passaram a exercer a indigna função de separar e indispor os homens entre si, enquanto a República cumpriria o papel de ‘enriquecer os ricos e empobrecer os pobres’” (1995, p. 187). A crítica se estendia ao “abandono dos campos” e ao desprezo pelas populações das cidades, nutrido pelo novo governo republicano. Ao mesmo tempo, Lima Barreto identificava a República e seus

valores com a cidade de São Paulo, símbolo máximo responsável pela dissolução do “espírito nacional” (p. 188). A ótica de Lima Barreto é essencialmente popular, tendo este, inclusive, inspiração anarquista. Sua preocupação central é com os destinos da população mais pobre, negra e mestiça, tanto da cidade do Rio de Janeiro quanto do interior. O ponto de confluência com outros “desgostosos” da República, como no caso de Alberto Torres, é a crítica à ação (ou seria inação?) governamental frente à “questão social”, bem como ao esquecimento da população do interior.

O pensamento de Alberto Torres, diferentemente do de Lima Barreto, não possui este caráter popular, mas sim uma perspectiva elitista, que pode ser compartilhada com Oliveira Vianna. Torres, no entanto, mantém-se fiel à República, mas sua fé no novo regime é abalada. O federalismo, antes necessidade maior, “imperativo nacional”, começava a ser questionado, ao menos naquilo que ele chamava de “excessos”. Não é sem outro objetivo que ele empreende o projeto de revisão da Constituição de 1891, buscando centralizar o poder na União, diminuindo o poder dos estados, que, sintomaticamente, voltariam a ser denominados “províncias” em seu projeto.

Com Oliveira Vianna, Alberto Torres reparte um certo sentimento de “saudade”, ainda que difuso, do Rio de Janeiro imperial. A “Idade do Ouro” vivida pela província havia ido embora com a Monarquia, ao menos no imaginário não só do povo, mas também da elite. A opinião de Torres acerca da escravidão, a despeito de seu atestado abolicionismo, é reveladora desse sentimento: a escravidão era vista como organizadora da produção e do trabalho. Sem ela, nada se colocou no lugar e houve a desestruturação completa da produção. Claro que a escravidão deveria ser condenada, mas, ao mesmo tempo, o que seria do país sem um regime de trabalho? Esta postura de Torres se reflete de maneira inequívoca na dedicatória de *A Organização Nacional*, que reproduzimos agora:

À memória de minha bisavó materna D. Maria Joaquina da Costa Cordeiro, tipo da energia, da virtude e da coragem da matrona brasileira, falecida aos noventa e cinco anos, após uma existência de contínuos trabalhos, só abandonados nos últimos dias da vida.

E à memória dos escravos mortos, bem como aos ainda vivos de sua fazenda, que me deram, no convívio íntimo da infância, lições de bondade e de pureza de costumes e exemplos de amor ao trabalho e de veneração [...] (TORRES, 1978a, p. 7).

Alberto Torres não chegava a ser como Oliveira Vianna, um “exilado do mundo rural decadente na cidade grande”⁵, que insistia em manter sua fazenda do Rio Seco, um “bangüê decadente”, onde reunia amigos para jantares. Mas, também Alberto Torres se prendia a esse passado rural. Para ele, tanto a avó quanto os escravos eram trabalhadores e produziam. Como era diferente agora, sob o regime republicano, onde as lavouras haviam sido desorganizadas e o trabalho também, com o abandono do homem do campo e com o êxodo rural desenfreado. Alberto Torres era republicano e defendera a abolição da escravidão, mas, frente à situação fluminense, era-lhe difícil não manifestar uma certa nostalgia da organização da produção e do trabalho sob o regime imperial. As atitudes tomadas pelos governos republicanos no sentido de estimular o trabalho no campo, seja de imigrantes, seja dos nacionais, segundo ele, não mostravam resultados. Pelo contrário, eram cada vez mais freqüentes o abandono e o desinteresse pelo trabalho agrícola em detrimento das atividades ligadas ao setor urbano.

A postura de Alberto Torres frente à questão da produção reflete uma das características de seu pensamento: ao mesmo tempo em que busca fazer proposições que tenham como objetivo a transformação do país, prende-se, por falta de outro modelo, àquele experimentado pelo país durante o regime monárquico. A busca da correção dos males da República esbarra sempre na comparação com algum traço mais positivo do Império, para

insatisfação do próprio autor que jamais renegou seu republicanismo, diferentemente de Oliveira Vianna que, a despeito da admiração que nutria pelo mestre, fazia questão de afirmar e ressaltar as divergências frente às posturas extremamente “liberais” de seu inspirador (VIANNA, 1930; 1987). Como já afirmamos anteriormente, nos parece ter sido Alberto Torres uma “vítima” do sucesso de Oliveira Vianna, tendo este passado a ser referência na interpretação do pensamento de Torres. Porém, a despeito das leituras viesadas ou não de Alberto Torres pelos olhos de Oliveira Vianna, os dois autores foram homens que compartilharam o mesmo ambiente cultural e político do Rio de Janeiro na Primeira República (se bem que Oliveira Vianna, mais novo, só tenha falecido em 1951). Mal ou bem, também podemos afirmar que eles se tornaram responsáveis, ao menos teoricamente, pelo arcabouço do Estado brasileiro pós 30.

O ambiente que cercava tanto Torres quanto Vianna era o ambiente de um Rio de Janeiro em crise, onde a atividade econômica principal se via em franco declínio e, com ela, a capacidade arrecadatória do estado. Diferentemente de Alberto Torres, Oliveira Vianna faz uma recuperação da Monarquia, bem como irá manifestar idéias bastante diversas em relação a Torres no tocante à questão racial ou mesmo em relação à validade do voto universal. Por outro lado, não deixa de partilhar a crença na “vocação agrícola” do estado e na centraliza o política como saída para a crise brasileira (e fluminense).

A defesa da centraliza o   o ponto-chave para entendermos a rela o entre os dois autores, e entre eles e o contexto em que viviam. A crença de que apenas através de uma a o efetiva do Estado os problemas nacionais e a própria nacionalidade poderiam ser resolvidos pode ser considerada, até certo ponto, bastante fluminense, diferentemente de uma soluço mais “liberal clássica”, vinculada, genericamente,   idéia paulista. A defesa da centraliza o pode ser entendida dentro de uma perspectiva

“ibérica” em detrimento de uma perspectiva “americanista”⁶. A defesa de um modelo “iberista” era a defesa de uma nação integrada, com os valores da solidariedade social, na qual os antagonismos sociais fossem mediados (e suprimidos) por uma ação estatal efetiva, em que os interesses fossem representados dentro do Estado, mas como interesses nacionais, totais, não compartimentados, como ocorria na República Federativa. Dentro dessa perspectiva, a forma federativa era vista como tendo contribuído apenas para a desagregação da sociedade, subjugada pelos “caudilhos” locais. Se, para Alberto Torres, o regime federativo era o que melhor se adaptava ao país, este deveria ser corrigido: seus excessos seriam eliminados através de um ordenamento institucional que visasse à centralização do poder, sem perder de vista a autonomia dos estados. Já não era essa a idéia de Oliveira Vianna.

O Estado brasileiro pós-30 assume, em parte, essa feição. Oliveira Vianna contribui para a formulação do modelo, assim como Alberto Torres, principalmente através da leitura de suas obras empreendida pelos seus seguidores. Mas, ao contrário do que pretendia este autor, o Estado centralizado havia feito a opção pelo industrialismo, e não pelo agrarismo. Na verdade, o nacionalismo que inspirava mesmo os seus seguidores havia sido despojado de seu caráter agrário. Mesmo Oliveira Vianna abandona a defesa intransigente do agrarismo e passa a pensar um Brasil urbano - se convencido ou conformado, esta é outra história.

O desencanto de Alberto Torres com a obra republicana, que ajudara a construir e a consolidar, ao menos em solo fluminense, tinha como aspecto central, além da questão da desorganização do regime de produção e trabalho e do excessivo descentralismo político, a própria organização político-partidária que havia sido engendrada no regime. Diferentemente do período do Segundo Reinado, quando os partidos no país eram sólidos e nacionais,

os partidos republicanos primaram pela estadualização e pela fragilidade, na maioria dos casos. Poucos partidos atingiram o grau de coesão interna de um PRP ou de um PRM e este não foi o caso do PRF (ou PRRJ, dependendo da época). A ineficácia do partido republicano no Rio de Janeiro levou Torres, principalmente quando Presidente do Estado, a identificar (e a generalizar) os partidos republicanos como facciosos e corruptos. O esquema político republicano havia “apodrecido” e tornado a política do novo regime pior que a política imperial. Como já vimos, apesar de criticar acidamente a República, Alberto Torres negava a opção pela Monarquia, já que este continuava sendo, em tese, um regime inferior à República, ao menos à “República dos seus sonhos”, que não era a que existia:

Quanto à República e às suas obras, a intolerância partidária nunca permitiu, nem a adversários nem a confrades, negar os benefícios e progressos que atribuí ao regime. A simples observação da decadência, a que descemos, nos costumes eleitorais - base do sistema representativo e título dos governos democráticos - bastaria para provar aos mais zelosos defensores da fama da ‘nova forma de governo’, que vem de azedo pessimismo o desgosto com que muitos republicanos desconhecem, nas instituições dominantes, a *República que haviam sonhado*. Nas finanças, na administração, na justiça, na ordem política, na moralidade administrativa, na instrução, o declínio é manifesto; e só se compreende que o contestem, justamente, porque o hábito da vida em desordem nos está varrendo dos espíritos os critérios, que formavam a base da nossa consciência social, e, com eles, a própria sinceridade - virtude profunda e ingênita em nossos maiores (TORRES, 1978b, p. 15).

O desencanto com a República e, particularmente, com a forma federativa adotada, se manifesta, na obra de Alberto Torres, através da defesa da centralização empreendida por ele. Vimos que talvez tenha sido este o ponto de maior destaque em seu pensamento, ou o mais retomado, principalmente por aqueles

que o seguiram e o recuperaram na década de 30. Não devemos nos esquecer que também a centralização política do Segundo Reinado foi, praticamente, obra fluminense, em especial, obra dos conservadores fluminenses - os “saquaremas” - responsáveis pela consolidação do regime monárquico após o tumultuado período da Regência (MATTOS, 1987; CARVALHO, 1981; 1988). A organização do Partido Conservador, esteio do Império, ficou a cargo de pessoas ligadas à elite fluminense. Apesar de ligado ao Partido Liberal (Manuel Martins Torres, seu pai, era membro deste partido no Império), Alberto Torres não deixou de ser influenciado pelo ambiente político do estado.

A crise final do Império e a Abolição levaram o Partido Republicano na província a se fortalecer e mesmo a atrair membros do partido Conservador.⁷ A Abolição acabou provocando o fenômeno do “republicanismo do 13 de maio” e o decantado ressentimento das elites fluminenses, salientado por Oliveira Vianna. A opção federalista, por outro lado, vista como saída, como a possibilidade de libertação da província em relação à cidade do Rio, centro das decisões, e como última alternativa de recuperação econômica, não cumpriu seu objetivo, como já foi levantado.⁸

A continuidade e o agravamento da crise, não resolvida pela descentralização operada pela República, reforça o “saudosismo” em relação a uma organização imperial, centralista. A presença de um Estado forte, empreendedor e centralizador era vista como necessária ao desenvolvimento do país. Os exemplos da economia fluminense eram tomados como gerais para o país. Se esta era a situação do Rio, era também a das outras regiões. A presença do Estado ordenador era vista como necessária num país sem direção ou organização, cuja tentativa anterior de proporcionar um esboço de direção política e social - empreendida pelo regime monárquico - havia sido abortada. A obra republicana não foi capaz de continuar e melhorar o trabalho da Monarquia. Era

necessário construir uma nação, uma solidariedade nacional, o que o país ainda não possuía. Sobre as ruínas do Império, nada foi construído, mas demolido. Era esta a constatação de muitos homens, republicanos ou não, ao longo dos primeiros anos do regime.

Para Alberto Torres, não se tratava de voltar no tempo, mas de buscar construir uma República que não se voltasse contra os brasileiros e que fosse capaz de conduzir a obra de construção nacional. Esta só se daria por meio da revalorização do país, o que implicaria, segundo ele, na reorganização do sistema produtivo brasileiro, ou seja, da lavoura nacional.

A defesa e a valorização da agricultura nacional caracterizam o nacionalismo agrarista de Alberto Torres. O advento da República no Brasil marca a ascensão da economia paulista e o agravamento da crise fluminense. A mais importante “fatia” da economia fluminense estava com o café do Vale do Paraíba que, na primeira década republicana, enfrenta uma crise irremediável. Além do esgotamento do solo, da concorrência “desleal” com as plantações do Oeste Paulista, o Vale enfrentou, principalmente a partir de 1888, uma crise de abastecimento de mão-de-obra. Além da atração das áreas dinâmicas de agricultura de exportação exercida sobre os trabalhadores (nacionais e estrangeiros), também a cidade do Rio de Janeiro funcionava como um pólo de atração desses trabalhadores, sendo o campo “abandonado” e esquecido. A cidade era vista por Alberto Torres como um local de desagregação social, um local onde a rede de solidariedade social que deveria existir numa nação encontrava dificuldades de efetivação. Nesse espaço havia o primado do individualismo, dos valores burgueses, em detrimento da organicidade e do primado da comunidade.

A agricultura deveria ser vista como a atividade básica do país. Era a “vocação agrícola brasileira” que deveria ser estimulada, em detrimento da industrialização que trazia a

desorganização social. O crescimento das cidades se dava por conta do processo de industrialização, artificial e dilapidador dos recursos anteriormente destinados à lavoura, como foi o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro. A experiência do *encilhamento* parece haver contribuído para esta postura, já que muitos dos capitais aplicados na industrialização (e na especulação) nesse período eram oriundos do crédito concedido pelo regime imperial aos fazendeiros fluminenses arruinados no pós Abolição: este dinheiro havia sido repassado diretamente aos comissários e, principalmente, aos banqueiros da capital, que haviam financiado, em parte, o surto industrializante do Rio de Janeiro. Ora, a ligação é direta: o dinheiro salvador da lavoura acabou, no Rio de Janeiro, na indústria e na atividade especulativa das cidades, contribuindo para o agravamento da crise agrícola vivida pelo estado.

Não só o dinheiro e os braços da lavoura iam do campo para a cidade. Também a ação governamental se dava preferencialmente nesse espaço. Projetos de saneamento e embelezamento das cidades esqueciam da população do campo, abandonada à própria sorte. Esta era a crítica recorrente de republicanos desencantados com o novo regime, bem como de monarquistas saudosos.

Alberto Torres acreditava que a indústria não traria o desenvolvimento para o país. Era uma atividade que promoveria a urbanização e este não era um valor positivo. A industrialização e a urbanização traziam a desorganização para o país, bem como uma falsa idéia de desenvolvimento e a ilusão do progresso (LUZ, 1975). Podemos encontrar nesta postura de Alberto Torres “ecos” do pensamento fisiocrata no Brasil: tanto a indústria como a cidade eram vistas como artificiais e improdutivas. A única atividade econômica que “valeria a pena” seria a agricultura, única “natural”, que resgataria o valor do homem brasileiro e do próprio país.

A reorganização da agricultura era o ponto-chave do nacio-

nalismo de Alberto Torres. Toda ênfase governamental deveria ser colocada na recuperação do setor agrícola, não apenas “salvando” os grandes produtores de gêneros de exportação, como o café. Não seria esta a solução, pelo contrário. Com isto apenas se reforçaria uma estrutura equivocada. O objetivo de Alberto Torres era promover a diversificação agrícola e o estímulo à pequena propriedade, que ele via como o futuro do país. A lavoura de exportação fracassava e a indústria era inadequada ao país. A solução era a criação de um país de pequenos proprietários que produziriam gêneros alimentícios para o mercado interno.

A opção de Torres pela “vocação agrícola” encontra eco na elite fluminense, tanto no setor “reformista” quanto no setor “tradicional”. Fustigado pela crise do café, tendo seus recursos drenados para o setor urbano, notadamente carioca, ao estado do Rio de Janeiro, pelo menos segundo sua elite dirigente, só caberia uma alternativa, qual seja, a agricultura. Era uma questão de sobrevivência a recuperação da produção agrícola do estado. Só com isso o Rio de Janeiro voltaria aos seus dias de glória do Império.

A linha de pensamento de Alberto Torres e Oliveira Vianna encontra, segundo J. M. de Carvalho (1993), no Visconde de Uruguai e em Bernardo de Vasconcellos, pais do *regressismo* e membros ilustres da chamada oligarquia mineiro-fluminense, uma filiação básica. Em Uruguai encontramos a idéia de que a opressão teria sua origem nas facções, no domínio das oligarquias locais, sendo o Estado centralizado antes um instrumento de libertação do que de controle e opressão. O Estado seria, segundo esta tradição, continuada em Torres e Vianna, um agente transformador da sociedade, não destruidor das liberdades (CARVALHO, 1993, p. 17-20). Este Estado, por sua vez, era obra de um grupo de pessoas capaz de pensar a Nação acima de seus interesses privados ou individuais. Seriam os chamados “homens de 1000”, de Oliveira Vianna.

A crença na importância dos chamados “homens de 1000” na organização política brasileira, o que faltava à República, pode ser considerado um traço do chamado “voluntarismo elitista” do pensamento de Oliveira Vianna, presente também em Torres. Este, no entanto, acreditava que dentro da República esta elite poderia ser criada, ela seria capaz de dirigir o país e imprimir uma ordem à sociedade brasileira. Para tanto, pensava na instituição do Poder Coordenador, composto por membros dessa elite. Já para Oliveira Vianna, tal arranjo estaria fadado ao fracasso, já que esta elite não mais existia, nem havia a perspectiva de sua formação. A existência deste grupo no Império era, em parte, fruto da ação direta do Imperador e de seu Poder Moderador, que a República não poderia copiar. De qualquer maneira, os dois acreditavam que a existência de uma elite, tal como havia no Império, onde os grandes homens, notadamente os “saquaremas”, foram responsáveis pela ordenação e pela sustentação do regime imperial, era de grande valia para o estabelecimento da organização nacional.

Alberto Torres nunca se vinculou ao Partido Conservador no Império, pelo contrário, seu pai era um liberal, mas não deixou de ter “perspectivas saquaremas” de análise e de compreensão da realidade brasileira. Também não era um homem da lavoura, mesmo tendo suas recordações da “fazenda da vovó”. Não herdou propriedades rurais, mas vivenciou os problemas agrários do seu estado, notadamente quando exerceu o cargo de Presidente do Estado em meio ao pior período da crise fluminense. Viveu nas cidades a maior parte de sua vida, o que não aumentou seu apreço pela urbanização ou pela industrialização. Pelo contrário, poderíamos afirmar que, mesmo vivendo no Rio, em Niterói ou em Petrópolis, seus olhos se voltavam necessariamente para o interior, para o campo. Olhava basicamente para o interior fluminense e expandia suas conclusões para todo o país. Assim como para muitos no Império, ainda para Alberto Torres, republicano

e fluminense, pensar o Brasil não deixava de ser pensar no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Dalmo. **Alberto Torres**: sociólogo e jornalista. Niterói: s.e., 1970.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília: Ed. da UNB, 1981.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. **Teatro de sombras**: a política imperial. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____. “A utopia de Oliveira Vianna”. In: BASTOS, Élide. R.; MORAES, João Q. de. (Orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 13-42.

FERNANDES, Maria Fernanda L. **Crise e reorganização nacional**: o pensamento de Alberto Torres. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade do Ouro**: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

FERREIRA, Marieta de M. (Coord.). **A república na velha província**: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo, 1989.

GENTIL, Alcides. **As idéias de Alberto Torres**. 2. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.

LEMONS, Maria Teresa Toríbio Brittes. **Alberto Torres**: contribuição para o estudo das idéias no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet Editora e Comunicação, 1995.

LIMA SOBRINHO, A. Barbosa. **Presença de Alberto Torres**: sua vida e pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LIMA, A. Sabóia. **Alberto Torres e sua obra**. São Paulo: Cia Editora Na-

cional, 1935.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MARSON, Adalberto. **A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MATTOS, Ilmar R. de. **Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

MOTTA FILHO, Cândido. **Alberto Torres e o tema de nossa geração**. Rio de Janeiro: Schimidt Editora, 1931.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. 4. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

SIMÕES NETO, Francisco T. **O pensamento político de Alberto Torres**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1978.

TORRES, Alberto. **Organização nacional**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978a [1. ed. 1914].

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978b, (1. ed. 1914).

VIANNA, Francisco J. de Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo; Edusp; Niterói: Ed. da UFF, 1987. 2 v..

VIANNA, Francisco J. de Oliveira. **Problemas de política objetiva**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1930.

VIANNA, Luiz Werneck. “Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos”. In: BASTOS, Élide R.; MORAES, João Q. de (Orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 351 – 404.

NOTAS

- 1 Ilmar Mattos (1987) mostra que o papel dos conservadores fluminenses dentro do partido foi fundamental, imputando a eles a responsabilidade mesmo de dar conteúdo ao Estado Imperial. A denominação “saquarema”, advinda dos conflitos com os liberais na província na década de quarenta, acabou sendo utilizada pelos conservadores em geral, mas, segundo Mattos, “por saquaremas se denominariam sempre e antes de tudo os conservadores fluminenses, e se assim ocorria era porque eles tendiam a se apresentar organizados e a ser dirigidos pela ‘Trindade Saquarema’: Rodrigues Torres, futuro Vis-

- conde de Itaboraí, Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai, e Eusébio de Queirós.” (p. 108). De fundamental importância na construção e na consolidação do Império no Brasil, “efetivando muitas das proposições ‘regressistas’ de Vasconcelos, tendo a seu lado a figura ímpar de Honório Hermeto Carneiro Leão, e contando com o apoio de José da Costa Carvalho na província paulista, a ‘trindade saquarema’ constituiria o núcleo do grupo que deu forma e expressão à força que, entre os últimos anos do Período Regencial e o renascer liberal dos anos sessenta, não só alterou os rumos da ‘Ação’, mas sobretudo imprimiu o tom e definiu o conteúdo do Estado imperial” (p. 108).
- 2 Ao que tudo indica, o ministro em questão era Joaquim Murinho.
 - 3 Aos estados cabia principalmente o imposto sobre exportação, o que, no caso do Rio de Janeiro, não era tão significativo, pois a cada dia via seu volume diminuir.
 - 4 “A República que não era a dos sonhos” é um tema que vai ser tratado inclusive por Alberto Salles, ideólogo do regime e símbolo do republicanismo paulista: “Em 1901, quando seu irmão exercia a presidência da República, Alberto Salles publicou um ataque virulento contra o novo regime, que considerava corrupto e mais despótico do que o governo monárquico” (CARVALHO, 1990, p. 33).
 - 5 J. M. de. A utopia de Oliveira Vianna, In: Bastos, E. & Moraes, J. (1993), p. 29.
 - 6 Ver, entre outros, Carvalho (1993) e Vianna, L. W. (1993).
 - 7 As afinidades dos republicanos eram com os liberais, mas devemos lembrar que o último gabinete liberal possibilitou essa aproximação, não só no Rio de Janeiro.
 - 8 A relação da província do Rio com a capital do Império não era uniforme. Os reclamos de maior liberdade se mesclavam com as benesses da proximidade da Corte e a facilidade de ação dos homens públicos da província no governo nacional.

Recebido em: Julho de 2006

Aprovado em: Agosto de 2006